

São Paulo, 28 de setembro de 2021.

ESPORTE CLUBE PINHEIROS

Rua Angelina Maffei, 493
São Paulo

Ref.: Ações Judiciais Clube Pinheiros 2021

Conforme solicitado, segue abaixo a relação de processos do Esporte Clube Pinheiros, para o ano de 2021, sob nossos cuidados e a respectiva possibilidade de êxito e atual status dos autos.

Ficamos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

ESCUDERO & ZIEBARTH ADVOGADOS

Fernando Escudero

OAB/SP: 303.073

(1) Processo judicial n.º 1040648-45.2020.8.26.0053

(1) Dados do Processo

Natureza: Ação Anulatória de Débito Fiscal com pedido de tutela de urgência – IPTU 2014

Autor: Esporte Clube Pinheiros

Ré: Municipalidade de São Paulo

Vara de origem: 16ª Vara da Fazenda Pública do Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo

(2) Possibilidade de êxito (classificando em prováveis, possíveis ou remotas):

Provável

(3) Status Atual

Atualmente, aguarda-se o trânsito em julgado do v. acórdão prolatado em 14.07.2021 mantendo a nulidade do débito de IPTU cobrado para o exercício de 2014 correspondente à quantia de R\$ 4.671.479,00 (quatro milhões seiscentos e setenta e um mil e quatrocentos e setenta e nove reais).

(4) Valor da Causa

O valor da causa é de R\$ 4.671.479,00 (quatro milhões e seiscentos e setenta e um e quatrocentos e setenta e nove reais).

(5) Demais informações

Na ocasião do julgamento do v. acórdão que negou provimento ao recurso da Municipalidade, tendo em vista a relevância da tese aventada e peculiaridade do caso, os Doutos Desembargadores da 18ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo indicaram este caso como paradigma para jurisprudência,

de modo a gerar um precedente relevante para outras hipóteses semelhantes referentes à isenção dos Clubes Desportivos.

(2) Processo judicial n.º 1021706-28.2021.8.26.0053

(1) Dados do Processo

Natureza: Ação Anulatória de Débito Fiscal com pedido de tutela de urgência – IPTU 2017 a 2021

Autor: Esporte Clube Pinheiros

Ré: Municipalidade de São Paulo

Vara de origem: 15ª Vara da Fazenda Pública do Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo

(2) Possibilidade de êxito (classificando em prováveis, possíveis ou remotas):

Possível;

(3) Status Atual

A ação foi julgada procedente.

(4) Valor da Causa

O valor da causa é de R\$ 88.021.753,30 (oitenta e oito milhões e vinte e um mil reais e setecentos e cinquenta e três reais e trinta centavos).

(5) Demais informações

O referido caso já possui precedentes recentes do Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo favoráveis à ilegalidade da Ordem Interna SF/SUREM nº. 03/2018 (Processos nº. 2091679-18.2021.8.26.0000, 1010374-98.2020.8.26.0053 e 1064388-66.2019.8.26.0053).

Ademais, recentemente, a recente Lei Municipal n.º 17.557/2021 veio para dar uma interpretação definitiva ao assunto quanto à inaplicabilidade da referida Ordem Interna no que tange aos requisitos para concessão da isenção de IPTU para as Agremiações desportivas.

Ou seja, a nova Lei Municipal n.º 17.557/2021 estabelece que para os casos de concessão de isenção de IPTU para agremiações desportivas devem ser exclusivamente considerados os requisitos previstos no artigo 18, alínea “h” da Lei 6.989/66, incluídos os pedidos formulados administrativamente em período anterior a 2021, o que abrange a hipótese da presente ação.

(3) Processo judicial n.º 1002476-88.2018.8.26.0090

(1) Dados do Processo

Natureza: Embargos à Execução – ISS Estacionamento

Autor: Esporte Clube Pinheiros

Ré: Municipalidade de São Paulo

Vara de origem: Foro das Execuções Fiscais Municipais da Capital

(2) Possibilidade de êxito (classificando em prováveis, possíveis ou remotas):

Possível;

(3) Status Atual

Em 15.04.2021 foi proferida sentença favorável ao clube, julgando procedentes os embargos à execução para declarar a nulidade dos lançamentos de ISS em questão. Atualmente, aguarda-se o julgamento do recurso de apelação interposto pela Municipalidade.

(4) Valor da Causa

O valor da causa é de R\$ 1.080.763,46 (um milhão e oitenta mil e setecentos e sessenta e três reais e quarenta e seis centavos).

(5) Demais informações

No presente caso, o recurso da Municipalidade foi recebido sem efeito suspensivo.

(4) Processo judicial n.º 1033252-80.2021.8.26.0053

(1) Dados do Processo

Natureza: Ação Anulatória de Débito Fiscal – Taxa TEV/COE

Autor: Esporte Clube Pinheiros

Ré: Municipalidade de São Paulo

Vara de origem: 15ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo

(2) Possibilidade de êxito (classificando em prováveis, possíveis ou remotas):

Provável;

(3) Status Atual

Em 02.06.2021 foi proferida decisão concedendo a tutela de urgência para para que a requerida que se abstenha de indeferir o pedido de renovação do "Alvará de Funcionamento do Local de Reunião" contido no processo administrativo n.º 2020-0.011.087-4 por ausência de recolhimento da TEV/COE.

Atualmente, os autos estão conclusos para prolação da sentença.

(4) Valor da Causa

O valor da causa é de R\$ 238.336,84 (duzentos e trinta e oito mil e trezentos e trinta e seis reais e oitenta e quatro centavos)

(5) Demais informações

Na presente hipótese, também há jurisprudência consolidada do Tribunal de Justiça de São Paulo acerca da isenção da taxa TEV/COE para as agremiações desportivas.

(5) Processo judicial n.º 1047618-27.2021.8.26.0053

(1) Dados do Processo

Natureza: Mandado de Segurança com pedido liminar – Pedido de Reforma

Impetrante: Esporte Clube Pinheiros

Impetrado: Conselho Municipal de Tributos

Vara de origem: 14ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo

(2) Possibilidade de êxito (classificando em prováveis, possíveis ou remotas):

Possível;

(3) Status Atual

Em 03.08.2021 foi proferida decisão indeferindo o pedido liminar formulado pelo Impetrante a fim de que fosse determinado a apreciação do recurso administrativo (pedido de reforma) interposto perante o Conselho Municipal de Tributos de São Paulo.

Atualmente, será interposto recurso de Agravo de Instrumento pelo Impetrante contra a decisão que indeferiu a liminar.

(4) Valor da Causa

O valor da causa é de R\$ 1.000,00 (mil reais).

(5) Demais informações

Trata-se de mandado de segurança com requerimento de liminar para determinar que seja apreciado recurso administrativo interposto perante o Conselho Municipal de Tributos de São Paulo, uma vez que, nos termos do artigo 50, § 1º, da Lei Municipal n. 14.107/05, apenas o Auditor fiscal tem legitimidade para interpor "pedido de reforma", porém é essa previsão legal inconstitucional, pois viola o devido processo legal e a isonomia e configura abuso do princípio da supremacia do interesse público sobre o privado.

(6) Ação Anulatória de Débito Fiscal – ISS Atividades Complementares

(1) Dados do Processo

Natureza: Ação Anulatória de Débito Fiscal com pedido de tutela de urgência

Autor: Esporte Clube Pinheiros

Ré: Municipalidade de São Paulo

(2) Possibilidade de êxito (classificando em prováveis, possíveis ou remotas):

Possível;

Entretanto, sugerimos que seja provisionado o valor do recolhimento de ISS ou seja depositado em juízo sobre os seguintes serviços prestados pelo clube: (i) estacionamento de veículos; (ii) eventos realizados pelo clube como festas juninas; (iii) veiculação de encartes e sampling, o qual perfaz-se na quantia de **R\$ 759.383,93 (setecentos e cinquenta e nove mil e trezenos e oitenta e três mil reais e noventa e três centavos)**, conforme somatória das quantias indicadas nos respectivos autos de infração.

(3) Status Atual

A referida ação foi distribuída em 23 de agosto de 2021, ocasião em que foi indeferido o pedido de tutela antecipada para suspensão de exigibilidade dos débitos discutidos.

À vista disso, em 17 de setembro de 2021 foi interposto pelo Autor o recurso de Agravo de Instrumento, distribuído perante a 15ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Processo n.º 2219574-59.2021.8.26.0000).

Ato contínuo, no dia 24 de setembro de 2021, a Prefeitura apresentou contestação. Atualmente, aguarda-se intimação do Juízo para réplica.

(4) Valor da Causa

O valor da causa é de R\$ 1.319.955,53 (um milhão, trezentos e dezenove mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e três centavos).